



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

ATA Nº80– 23 de Outubro de 2015

Local:	Auditório do Sindicato Rural de Itaqui e Maçambará– Parque de Exposições de Itaqui	Horário :	13h30 as 17h
Presidente: Ivo Mello	Vice-Presidente: Ernani Rossi	Sec.Executiva: Mariza Beck	

PAUTA

1. Abertura, apresentação da plenária, informes gerais
2. **DEFESA CIVIL** – Ações e Prevenção de eventos de risco – Adão Roberto Rodrigues –Coord.Regional
3. **Fazenda Bom Retiro** - Apresentação do Projeto Técnico para instalação de Areeira
4. Demandas espontâneas e Assuntos Gerais

Abertura: O presidente Ivo Mello saudou os presentes, agradecendo a Prefeitura e ao Sindicato Rural de Itaqui e Maçambará pela oferta do local e organização que proporcionou a realização desta reunião. A plenária fez as apresentações individuais e aprovou a Ata nº79. Comunicou que, devido as inundações recentes, não houve condições de participação do coordenador regional da Defesa Civil nesta reunião, que precisou atender chamado com urgência na noite passada, em Caçapava do Sul. Também se desculpou pela ausência do diretor do DRH, Fernando Meirelles e a equipe da divisão de outorga, mas contratempos e a falta de recursos do estado impediram que cumprissem o compromisso assumido de realizarem a força tarefa nesta data. Segundo informações do diretor, os processos que foram enviados serão analisados em separado o mais rápido possível. Daiane Grecco informou que processos vencidos que foram para revalidação do ICA não tão sendo aceitos pelo sistema e que produtores estão sem poder fazer financiamento por conta desta falha. Além disto, a Fepam não esta aceitando ICA para licenciar empreendimentos com volume maior do 500m³ e altura de 4 m, só com outorga. E o DRH não agiliza estes processos. Em ambos os casos, o produtor é prejudicado pois não consegue financiamento sem a devida documentação. Observa-se que a falta de estrutura do estado para atender a demanda de trabalho da sociedade civil é uma das distorções entre quem tem o dever de atender e quem precisa receber retornos mais rápidos de acordo com a agilidade que os tempos atuais exigem do empreendedor. O prejuízo é de ambos pois gera estresse e perdas financeiras por vezes irrecuperáveis. Desta discussão saiu uma proposta de encaminhar ao CRH a possibilidade do DRH dar outorga coletiva para as micro bacias do Rio Ibicui, haja vista a disponibilidade de água e a ausência de conflitos entre usuários, salvaguardando a documentação necessária para encaminhamento do pedido de outorga, que deverá ser entregue com a devida responsabilidade técnica. O DRH dar-se-á o direito de, quando for do seu interesse, proceder a fiscalização do empreendimento para validação dos dados informados.

1.DEFESA CIVIL – Ações e Prevenção de eventos de risco – Adão Roberto Rodrigues –Coordenador Regional – Já dado as devidas desculpas pela ausência do coordenador regional da Defesa Civil, a plenária iniciou discussão sobre as inundações que vem assolando os municípios da bacia do Ibicui, considerando que o agravamento das consequências se dá pela ocupação das áreas de risco, sem que as prefeituras tomem medidas de prevenção, contribuindo para ao prática do assistencialismo recorrente a cada episódio. Ivo citou o descumprimento das leis que incidem sobre a construção em áreas inundáveis previstas tanto na Lei do Minha Casa Minha Vida como também nos Planos Diretores dos municípios que não são observados. Falou que como analista ambiental, a secretária executiva Mariza Beck, tem investido seu tempo na recuperação da legislação pertinente e procurado orientar os gestores públicos através de conselhos de meio ambiente, sem sucesso. Ilca Figueiredo, comentou que desde a enchente do ano passado, em Itaqui, solicita uma atitude do prefeito. Ele retirou as pessoas, mas elas retornaram. A preocupação maior é achar uma solução para quem mora em barracos e volantes, proibindo a instalação destes nas áreas de preservação permanente. O lixo que estas pessoas produzem vai todo para dentro do



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

rio. Ilustrou comentando que nesta enchente quando foram retirar as volantes, ratos saltavam para todos os lados misturados ao lixo de toda a natureza que estava acumulado embaixo das casas. O vereador Gilberto Risso informou que em Uruguaiana o prefeito conseguiu remover as famílias em áreas de risco e não permitiu que retornassem ao local. Aqueles que insistiam em permanecer tiveram suas casas derrubadas após terem tempo de se retirar da área ocupada. Já construções públicas, como o Tamandaré late Clube, assinaram um termo de responsabilidade, isentando a prefeitura de qualquer ônus provocado pelas inundações que afetarem o local, assumindo assim o risco e o prejuízo decorrente. Uma das maneiras de impedir a ocupação é não oferecer recursos de urbanização como água e luz, por exemplo, e, em alguns casos, aumentar a taxa de IPTU progressivamente ano após ano, desestimulando a permanência no local.. A secretária executiva mencionou que em Porto Alegre acontecerá, no dia 29 de outubro, uma audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Municipais sobre as condições da Defesa Civil para o enfrentamento de eventos críticos. Sugeriu que o Comitê Ibicuí enviasse uma moção de recomendação sobre a ocupação ilegal de áreas de risco e leu o documento previamente elaborado para a aprovação da plenária o qual se encontra anexado a esta ata. Ficou sugerido que a moção seja enviada para as prefeituras da bacia, Ministério Público e outros órgãos pertinentes ao tema.

3. Fazenda Bom Retiro - Apresentação do Projeto Técnico para instalação de Areeira – o técnico responsável pelo empreendimento não pode comparecer, segundo a informação do Giancarlo Berro da Prefeitura de Itaqui, mas solicitou o espaço na próxima reunião do comitê para fazer a apresentação. A secretária executiva informou que, pela legislação, caso o órgão licenciador exija EIA RIMA do empreendimento, caberá ao comitê de bacia promover a realização de uma audiência pública formal. Caso não precise, uma reunião ordinária atenderá a necessidade de anuência do comitê de bacia.

4. Assuntos Gerais

A secretaria executiva informou que esta “costurada” uma parceria com a CORSAN de Alegrete e com o Instituto Federal Farroupilha para a realização de uma oficina teórica e prática de construção de “jardins filtrantes”, técnica alternativa para tratamento de esgoto para pequenos aglomerados. A idéia é construir uma unidade demonstrativa na escola estadual do Passo Novo, que servirá de modelo para toda a região. Ainda comentou que em conversa com o representante da Odebrecht Ambiental de Uruguaiana, Sr Egídio, o mesmo disse que a empresa já usa esta tecnologia, em maior escala, inclusive, em dois municípios do estado de São Paulo. Ficou de trazer para a próxima reunião, como é o procedimento de instalação destas estruturas naquelas localidades. Também falou sobre estações em condomínios já amplamente usadas em algumas cidades. Mariza Beck falou que as concessionárias devem ter a obrigação de levar a proposta de instalação de sistemas alternativos para localidades onde é sabido que não chegará o sistema padrão das empresas Ficou sugerida a organização de um seminário que divulgasse sistemas alternativos de tratamento de esgoto para realização em março, talvez no dia 22, data dedicada ao Dia Mundial da Água.

Nada mais havendo a tratar, assinam esta ata a secretária executiva, redatora desta e o presidente do Comitê Ibicuí.

Alegrete, 23 de Dezembro de 2015.

Secretária Executiva

Presidente